

A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS FEMINISTAS NAS VOZES DAS MULHERES INTELLECTUAIS CAPIXABAS – VITÓRIA/ES (1924 a 1934)

Lívia de Azevedo Silveira Rangel*

O presente artigo visa discutir a construção dos discursos feministas elaborados pelas mulheres intelectuais, do Espírito Santo, no decorrer dos anos de 1924 a 1934, a partir de um importante órgão da imprensa local, a revista *Vida Capixaba*. Dentro de um amplo número de colaboradores que escreveram para este periódico, o destaque dado ao núcleo de mulheres que ali publicaram respeita a ideia de que foram elas as promotoras de um debate que vai buscar clarificar, definir, explicar, justificar e defender os ideais feministas no contexto da sociedade capixaba, mais especificamente no espaço urbano delineado pela cidade de Vitória.

Como um veículo de coloração literária, a revista *Vida Capixaba* reuniu em torno de suas publicações diversos escritores e escritoras, que ali fizeram circular parte considerável de suas produções. Neste espaço, que se constituiu então como uma rede de sociabilidade (SIRINELLI, 1996), ou seja, como um pólo de atração para os intelectuais nascidos ou residentes no Espírito Santo, é que surgiu, de forma mais explícita, o entrelaçamento de discursos, em que o discurso literário se desdobrou em articulações de forte teor político e ideológico. E foi por meio dessa transição, desse intercâmbio entre os discursos, que as mulheres intelectuais capixabas – literatas, jornalistas, mulheres cultas que atuaram em diversas áreas profissionais – exploraram as possibilidades fornecidas pela imprensa para dar amplitude a suas opiniões, projetos e expectativas sobre a emancipação das mulheres.

É preciso dizer que, de 1924 a 1934, cerca de 24 textos (entre artigos, notas e ensaios) dissertando diretamente sobre o tema *feminismo*, incluindo nesse montante os escritos que tratavam especificamente sobre os direitos políticos das mulheres, assinados por colaboradores de ambos os sexos, foram encontrados nas páginas das várias edições da revista *Vida Capixaba*. Além desses, outros 14 foram catalogados, os

* Mestranda em História Social das Relações Políticas pela UFES. Bolsista do Programa de Bolsas da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES). Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero – Poder e Violência do PPGHIS/UFES. E-mail para contato: liviaasrangel@hotmail.com

quais, embora não tenham focado o feminismo como tema central, abordaram assuntos adjacentes a tal temática, como a participação das mulheres no mundo do trabalho e a valorização das atividades conduzidas pelas mulheres intelectuais no cenário cultural e social do Espírito Santo. Apesar do conjunto documental ser extremamente rico, e propor muitos vieses de análise, apenas cinco textos foram selecionados. Devido ao reduzido espaço, optou-se por trabalhar com os artigos que ofereciam indicações mais substanciais quanto as características que cercaram a construção de discursos feministas com particularidades que ajudaram a definir noções próprias do pensamento feminista formulados e praticados pelas mulheres intelectuais capixabas.¹

O primeiro, intitulado *Feminismo Ideal e Sadio*, foi escrito pela professora Carolina Pickler e publicado de forma serial no decorrer das edições de número 138 e 141 da revista *Vida Capichaba*. Ele reúne, em conformidade com o texto de Judith Leão Castello, *A Mulher e o Voto*, de 15 de novembro de 1931, as principais orientações político-ideológicas que caracterizaram a elaboração de um discurso feminista mais moderado e reticente entre as mulheres capixabas, em especial, as mulheres da elite.

O texto *A Mulher e o Voto* (1928) e *Feminismo* (1931), de autoria de Guilly Furtado Bandeira, detém, por sua vez, as principais características que marcaram outra vertente de pensamento feminista manifestado pelas mulheres intelectuais capixabas, caracterizada como difusa, por conta de uma orientação ideológica abrangente e eclética. Em decorrência disso, essa vertente surgiu como um discurso intermediário, localizado entre o “feminismo moderado” e aquele de linguagem mais radical, exemplificado pelo artigo de Lydia Besouchet, *Feminismo*, datado do mês de março de 1932.

Com base nesse recorte documental, discute-se o entrelaçar de ideias, discursos e estratégias que definiram e constituíram o feminismo capixaba na sua versão impressa, como dado discursivo presente na revista *Vida Capichaba*. Para tanto, foi preciso indagar sobre a motivação que fez com que o corpo editorial do periódico desse

¹ O feminismo manifestado no Espírito Santo, assim como em outros Estados brasileiros, não competiu numa formação doutrinária rígida e avessa a dissensões, muito pelo contrário, mesmo as mais institucionalizadas das feministas não conseguiram uniformizar suas crenças e valores. No caso, o feminismo que despontava desde meados do século XIX, até as irradiações do início do século XX, no Brasil, esteve intimamente associado a personalidades e, no Espírito Santo, essas personalidades se reuniram, num primeiro momento, em torno da linha editorial da revista *Vida Capichaba*.

publicidade a temática do *feminismo*, verificando como o mesmo foi abordado e disposto nas páginas do semanário.

Revista *Vida Capichaba* e Feminismo

Assim como outros temas em voga nas páginas da imprensa ilustrada, na década de 1920, como o modernismo na literatura, a fixação pelo embelezamento urbano, a prática do *footing*, os meandros da política oligárquica e muitos outros, o *feminismo* também se tornou um assunto popularizado nesse período. A sua recepção na revista *Vida Capichaba* se deu de maneira relativamente abrangente e o tema passou a ocupar parte considerável das preocupações dos articulistas dessa revista. Principalmente se por *feminismo* for considerado tudo que envolve os discursos e as práticas políticas e sociais relativas à ascensão das mulheres na sociedade (DUARTE, 2003; ALVES, 2007).

Inscrita como um semanário moderno e ilustrado, a *Vida Capichaba*, apesar de ambicionar chamar a si o público feminino, não chegou a se especializar como uma revista feminina, tampouco feminista (BUITONI, 1986). As mulheres faziam parte do seu núcleo de colaboradores, mas nunca ultrapassaram os homens em número e evidência, como também não chegaram a ocupar nenhum cargo na direção desse periódico. Além disso, muito raramente assinaram artigos que estampavam a página do seu editorial de abertura. Com exceção de alguns nomes, a maior parte dos escritos de autoria feminina apareceram, até ao menos o ano de 1934, mesclados ao conteúdo. Outros chegaram a ocupar um lugar permanente nas edições da revista, como os que se direcionavam para algumas seções fixas. Entretanto, de um modo geral, representavam uma parcela ainda minoritária de colaborações.

Mesmo descendendo dessa característica – mais cultural e menos politizada, mais de situação e menos crítica, mais masculina do que feminina –, a revista *Vida Capichaba* soube aglutinar diferentes parcelas de público sob diferentes linhagens ideológicas e estéticas. O que atribuiu uma tonalidade bastante versátil às suas edições. Não sendo nem exclusivamente voltada para o público feminino, nem comprometida com o programa de defesa pelos direitos políticos e civis das mulheres, a *Vida Capichaba* ainda assim abriu arestas para maiores reflexões nesse sentido. O que,

provavelmente, muito contribuiu para a circulação e posterior formação de uma ideia mais aprimorada de feminismo pelas mulheres da elite capixaba.

O primeiro artigo publicado pela revista a tratar diretamente sobre a temática *feminismo* foi impresso e levado a público no mês de abril do ano de 1924. Escrito por Oswaldo Poggi, advogado e um dos colaboradores frequentes do periódico, a crônica, intitulada “Direito Político às Mulheres”, enumerava uma série de ressalvas que deveriam anteceder a concessão de direitos formais ao sexo feminino. Concordava que o Estado devia às mulheres solteiras e viúvas, perfeitamente independentes, amplos direitos políticos, enquanto às mulheres casadas, “a bem da ordem familiar, que é base da ordem social, não devem caber taes direitos” (VIDA CAPICHABA, 1924: n. 20). Suas palavras logo repercutiram e não demorou muito para que o jornalista dedicasse mais um artigo ao delicado tema. E, de fato, o tema não se esgotou aí. Não só a polêmica sobre o divórcio voltou a produzir efeitos discursivos entre os colaboradores da *Vida Capichaba*, como o tema *feminismo* continuou a provocar debates, comentários e opiniões, e não somente favoráveis. E, diga-se de passagem, o antifeminismo não era prática exclusivamente masculina, algumas mulheres, articulistas da revista, também adensaram as fileiras de adversários do feminismo, os quais se esforçavam em distorcer e banalizar as questões subjacentes a esse movimento.

Tal ponto de vista circulou nas páginas da *Vida Capichaba* de modo bastante frequente, só que, principalmente a partir do ano de 1928, essas manifestações tiveram que disputar espaço com artigos e com crônicas de caráter feminista, escritos por representantes da intelectualidade feminina capixaba. Assim, é possível afirmar que a temática *feminismo* só atingiu uma dimensão menos dispersa e mais concreta dentro do conteúdo da *Vida Capichaba* passados já cinco anos desde a sua fundação. Antes dessa data, os registros revelam poucas inferências diretas ao tema.

Até a publicação do artigo de Guilly Furtado Bandeira, *A Mulher e o Voto*, em 15 de abril de 1928, o tópico *feminismo* esteve presente na revista *Vida Capichaba* de forma mais implícita do que manifesta. Nos artigos e notas selecionados, praticamente todos os que antecedem o ano de 1928, publicados principalmente entre os anos de 1925 e 1927, correspondem a questões relacionadas à participação das mulheres no mercado de trabalho ou em atividades intelectuais, sem tocar diretamente nos laços existentes entre esses avanços e a prática feminista.

Em se tratando disso, é dado indiscutível que o feminismo não foi um tema explorado em abundância na *Vida Capichaba*. De acordo com o levantamento realizado, longos intervalos interpuseram a publicação de artigos envolvendo essa temática na revista. Fato interessante de se constatar considerando o quanto era um assunto que vinha assumindo no Brasil relevância crescente entre as matérias de interesse público, principalmente durante a década de 1920 e meados de 1930. Mesmo de posse dessa informação, o que se observa na *Vida Capichaba* é a presença de um debate descontínuo, de periodicidade bastante irregular, o qual apresentava períodos variáveis de maior ou de menor incidência, dependendo das motivações e do contexto relacionado às respectivas edições da revista.

Os anos de menor repercussão da temática foram 1926, 1929, 1930, 1932 e 1933. Sendo que, em 1930, constata-se um relativo silêncio a respeito desse tema. Aparentemente, tal “esquecimento” não foi devido ao fato de o movimento feminista ter desacelerado suas atividades, já que, de modo inverso, o advento da década de 1930 só fez aprumar a convicção das sufragistas. Portanto, um dos motivos que podem ser levantados para explicar a não circulação das ideias feministas na *Vida Capichaba*, no período citado, pode estar intimamente associado à conjugação dos novos fatores políticos que agitavam o cenário local. De acordo com Achiamé (2005), a iminência do golpe getulista e a instauração da Junta Governativa, no Espírito Santo, produziram efeitos imediatos na revista *Vida Capichaba*, que logo aderiu ao novo governo dando continuidade a sua tradicional postura conciliadora frente à política estadual. E isso representou para os seus diretores um amplo esforço em manter inalterada a costumeira cobertura dada às realizações governamentais que, desde a primazia oligárquica no Estado, se fazia acompanhar por meio de suas páginas.

No outro extremo, são identificados os anos de maior concentração dos textos abordando o feminismo e alguns de seus princípios na revista *Vida Capichaba*, dentro dos quais se destacam os anos de 1928 e 1934. Essas são datas que deixam entrever o quanto a ocorrência mais copiosa desses discursos não correspondeu a uma sequência de eventos aleatórios. Pelo contrário, é bem possível que sua ordem tenha sofrido a motivação de eventos externos, de projeção nacional, que ajudaram a reaquecer a questão dos direitos políticos e civis femininos, renovando as expectativas e, por

consequência, introduzindo novo fôlego a essa luta. O que convenientemente adensou as reflexões sobre o tema em âmbito interno.

Dois acontecimentos podem ser responsabilizados por essa efervescência: a candidatura e a eleição do Senador Juvenal Lamartine para Presidente do Rio Grande do Norte, de 1927 para 1928; e a promulgação da Constituição de 1934. A importância de ambos está na demarcação, respectivamente, do início e do fim das conquistas efetivas com relação à trajetória da aquisição do voto feminino no Brasil (HAHNER, 1981; SOIHET, 2006).

Seguramente, essas se constituíram como razões de grande impacto por terem incitado não só maiores reflexões sobre a importância da admissão das mulheres como cidadãs, mas também por terem ajudado a impulsionar a mobilização feminista para além dos centros onde esses movimentos já haviam estabilizado as suas forças. Houve, com isso, um salto na quantidade de mulheres envolvidas em organizações de apoio à causa sufragista, as quais se concentravam em propagar informações a respeito dos novos direitos e deveres políticos e cívicos femininos.

Todavia, o que mais importa salientar nessa cadeia de motivações é a maneira como os efeitos daí advindos atingiram a produção dos discursos feministas racionalizados pelas mulheres intelectuais capixabas. Pode-se dizer que até o ano de 1927, as articulações dessas mulheres da elite letrada com os princípios feministas eram demasiadamente frágeis, tornando-se particularmente nítidas somente a partir de 1928. É quando a revista passa efetivamente a veicular ensaios críticos de autoria feminina tratando especificamente sobre os meandros do feminismo, indicando a competente manipulação de pontos de vista bastante favoráveis às causas arquitetadas pelo movimento. Ainda assim, não há como negar o fato de que essas referências são realmente muito escassas na revista *Vida Capixaba*, mas sua presença está longe de ter um valor insignificante.

O feminismo capixaba em suas múltiplas vozes

O primeiro investimento dos diretores da revista *Vida Capixaba* para tentar captar algumas das opiniões formuladas pelas mulheres intelectuais sobre o feminismo aconteceu por intermédio do lançamento de um questionário, no ano de 1925, que contava com uma sequência de 32 perguntas, dentre as quais a que incentivava os

participantes a emitirem suas opiniões sobre o feminismo. Ao todo, sete mulheres, integrantes da intelectualidade capixaba, responderam ao questionário.

Dos nomes femininos que desfilaram por essa primeira versão de perguntas e respostas, um tem maior relevância, o nome de Guilly Furtado Bandeira, pois ela compreende uma peça-chave, juntamente com outras intelectuais de sua época, para se compreender o mosaico em que se constituiu o feminismo capixaba nos anos 1920 e 1930. Essa figura da intelectualidade local também teve a oportunidade de responder as perguntas do inquérito que circulou no ano de 1927, na mesma revista. Ela, ao lado da jovem poeta Haydée Nicolussi, foram as únicas que participaram das duas edições da seção de questionários. As respostas dadas tanto por Guilly quanto por Haydée às questões que cobiçavam extrair seus julgamentos a respeito do feminismo e dos debates sobre os direitos políticos das mulheres foram, no mínimo, intrigantes e, ao mesmo tempo, desafiadoras, no sentido de fornecer uma noção preliminar do modo como as mulheres intelectuais capixabas encararam o feminismo e o modo como elas recepcionaram e reformularam suas impressões sobre tal questão.

É curioso notar, sob esse ponto de vista, que algumas delas alteraram significativamente a sua opinião sobre o tema, mudando, de acordo com o passar dos anos, sua atitude perante o discurso feminista, chegando a negar, num primeiro momento, qualquer simpatia à causa e assumindo, em ocasião posterior, uma posição de liderança na luta pelos direitos das mulheres, no Espírito Santo.

A cronista, poetisa e jornalista Guilly Furtado Bandeira, uma das representantes do que se convencionou chamar de “feminismo difuso”, foi uma que permaneceu firme em suas discussões sobre o feminismo e sobre o palpitante debate sufragista – ao menos até o último artigo de sua autoria encontrado na data-limite de 1934. Ao responder à questão sobre o feminismo, no primeiro questionário, Guilly foi sucinta, sem deixar de inscrever em sua fala os argumentos que iriam estar presentes em toda a construção do seu discurso feminista, sustentado por uma ideia própria do que era o feminismo e em que sentido as mulheres deveriam requisitar uma vida emancipada. Segundo suas palavras, o feminismo “é um movimento necessario para transmutar a mulher *coisa, objecto de uso*, no individuo livre, consciente e responsavel, capaz de ser a *companheira* do homem moderno e a factora da geração de amanhã” (VIDA CAPICHABA, 1925: n. 50).

De acordo com o que se pôde captar, a sua opinião foi construída tendo por base tanto a filosofia liberal, responsável politicamente pela noção do conceito moderno de indivíduo, quanto pela moral positivista, que pregava que a mulher era a catalisadora do progresso, a educadora das gerações futuras e a colaboradora do homem nas lidas diárias pela sobrevivência (BESSE, 1999). A sua crença numa tradição democrática, que deveria incluir as mulheres como cidadãs, na medida em que como indivíduos elas também eram dotadas de direitos, perpassou igualmente a resposta que deu à pergunta sobre os direitos políticos das mulheres feita no questionário que circulou nas edições de 1927, da revista *Vida Capichaba*. Para ela, os direitos políticos da mulher se justificavam “simplesmente no *voto secreto*...” (VIDA CAPICHABA, 1927: n. 98).

Além dessas reflexões sobre a participação política das mulheres, Guilly transitou ainda por um vasto campo de problemáticas. Seus apontamentos penetraram por todos os temas comuns à discussão do programa de aspirações do feminismo, mas foi além, introduzindo um debate que, naquela época, despertava sérias polêmicas, como a que se referia ao assassinato de mulheres caracterizado pela violência de gênero.² Essa perspicácia de ampliar os horizontes de debate sobre o feminismo, na revista *Vida Capichaba*, se deveu principalmente a Guilly Furtado Bandeira, que, no conteúdo de seus dois artigos *A Mulher e o Voto* e *Feminismo*, encontrou ocasião de se expandir, denunciando não só a sordidez dos assassinatos que tinham as mulheres como vítimas, como também a prostituição e a exploração da mão-de-obra feminina.

No artigo publicado, na revista *Vida Capichaba*, em abril de 1928, intitulado *A Mulher e o Voto*, Guilly Furtado Bandeira cuidou de aprimorar e expandir o seu discurso feminista. O esclarecimento de sua posição política acerca do feminismo começou com uma referência ao “corajoso e afoito” Rio Grande do Norte, que, em 1927, havia agitado o cenário das lutas sufragistas com a concessão do “direito patriótico do voto” às mulheres. Certamente, tal adiantamento impressionou e animou

² Só recentemente o termo “feminicídio” foi criado para denominar o tipo de violência de gênero que afeta especificamente as mulheres. O conceito visa caracterizar o tipo de violação contínua e sistemática dos seus direitos, e essa se baseia na legitimação de múltiplas formas de dominação e de poder masculinos. Sobre o tema, Nader esclarece: “o processo de historicidade de maltratos à mulher tem sido caracterizado por uma trajetória construída pela dominação masculina e pela dependência feminina. Trata-se de um cenário montado a partir da lógica do patriarcalismo, cuja exploração e exclusão feminina faz parte de uma história de contradições e desigualdades sociais, marcada pelo autoritarismo e violência familiar”. Para uma abordagem mais ampla, consultar NADER, Maria Beatriz. “A violência contra a mulher sul-americana: estatísticas da denúncia”. *In: Anais da VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM)*. Buenos Aires, 2009. v. 1. p. 1-14.

Guilly, tanto que, para chamar a atenção para o seu artigo, deu preferência à popularidade do título do que às informações realmente contidas nele. O voto da mulher foi apenas um pretexto para que Guilly interviesse na cena dos debates feministas trazendo à baila questões mais urgentes e que a incomodavam mais do que às relativas aos direitos políticos das mulheres. Como se pode notar por meio desses fragmentos de seu escrito:

... indago dos homens conscientes e doutos de minha terra: Acaso a Nação é apanágio exclusivo do homem?... No evoluir progressista do século do rádio, um espírito verdadeiramente superior cogitará ainda da questão minúscula da sexualidade, quando não mais carecem de importância os gêneros e apenas se visa o indivíduo e suas aptidões?... A mulher, mais do que o homem, constitui o plinto das columnas desse templo, que é a Família: núcleo da sociedade... Pertence-lhe o filho nos primeiros annos. É a mãe que... ensina-lhe a primeira palavra; guia os primeiros passos; incute-lhe as primeiras idéas; fórma-lhe o character, preparando o seu porvir. Se, porém, tal mulher, essa mãe, for atrasada e sem educação (physica, moral, intellectual ou civica) rotineira e eivada de preconceitos... que será dos filhos dessa mãe – homens de amanhã, cidadãos do futuro? Embora uma victoria empirica, o direito do voto feminino abre uma clareira de civilização entre nós, pois que de ha muito a mulher elegia sem suffragar nas urnas... Intra-muros, no lar, pela efficiencia do affecto... influa no animo do eleitor e mui raro não era o seu preferido a chapa vencedora... Fez-se demorada a realidade deste sonho, que aspiravam espiritos feminis capazes de comprehender e aquilatar o valor moral da obtenção do voto feminino. Entretanto, ter-se-ia, assim, decapitado a cabeça integral dessa hydra terrivel: o preconceito? (VIDA CAPICHABA, 1928: n. 119)

Nesse trecho, encontra-se o entrecruzamento de um conjunto de discursos políticos e ideológicos que demonstram a vastidão e o múltiplo direcionamento de suas considerações. Opera em sua fala tanto o discurso positivista republicano, de uma cidadania específica para a mulher, em que é atribuída uma função social à maternidade, quanto o discurso propriamente feminista de adesão – visando à inversão – desse mesmo discurso masculino da mulher como guardiã da moral das futuras gerações. A exemplo de outras feministas, suas contemporâneas, Guilly inverte o panegírico romântico da imagem da “mãe” para dedicar-lhe um fim prático, que é o de “transformar a maternidade, o traço mais significativo e simbólico da mulher naquela época, numa justificativa” (SCOTT, 2002: 126) para a desobstrução do acesso das mulheres à educação, à participação política, à igualdade legal de direitos e deveres, enfim, à cidadania plena. Além disso, exerce fascínio sob sua fala a ideia de que a mulher detém poderes difusos e periféricos, os quais são investidos principalmente no privado (PERROT, 1988), no âmbito das relações interpessoais. E isso age em seu

discurso como uma estratégia legitimadora, que visa mostrar a presença da mulher, a plenitude de seus papéis e de sua influência no domínio público independente dos homens as reconhecerem como cidadãs de direito. Todavia, é por meio do argumento de que as mulheres têm poderes, exercidos através de recursos refinados, que Guilly põe à prova a noção de que a conquista dos direitos políticos seria suficiente para colocar a mulher numa situação de indivíduo emancipado. Depois de apreciar as vantagens da obtenção do sufrágio, a autora questiona e responde:

Como ser eleitora, livre, a mulher, se o Código Civil se levanta ainda como um espantalho num arrozal? Que é a mulher, perante o Código, entre nós, nestes dias de super-civilização? Uma eterna tutelada. A solteira, antes da maioridade, equiparada aos menores não emancipados; a casada, quando supõe libertar-se do patrio-poder pelo casamento, na ilusão da liberdade, é a mais vil de todas as escravas... A mulher casada não tem responsabilidade individual: é irresponsável como as crianças e os loucos. É preciso libertar a mulher, antes de tudo, do jugo das leis. Como ha de voar se tem “asas nos ombros e grilhões nos pulsos?” (VIDA CAPICHABA, 1928: n. 119)

A partir de então, Guilly começou a se esgueirar por questões enviesadas. Fica claro, portanto, que o feminismo defendido por Guilly Furtado Bandeira não depositava na luta pelo voto a posição dianteira para a melhoria nas condições de vida das mulheres, como tantas outras perspectivas feministas o considerava. Segundo era de sua opinião, de que adiantaria o direito de ir às urnas se a mulher continuava desprotegida legalmente?

Além da necessidade de se libertar a mulher do jugo das leis, antes de lhe conferir o direito de votar, também era urgente instruí-la, para que ela pudesse melhor compreender e melhor usar dos direitos adquiridos. E já, na sequência, com idêntico tom crítico, Guilly questiona a reivindicação pelo ingresso ampliado da mulher no mercado de trabalho. Para ela, “o trabalho, infelizmente, na generalidade, é ainda um meio de exploração da fraqueza feminil... visado como a carta de alforria da mulher... é, muita vez, o portico da deshonra e um antro, onde a virtude periclita, a dignidade vacilla, o pudor se cresta, a mulher se prostitue” (VIDA CAPICHABA, 1928: n. 119).

A leitura que se faz dos textos de Guilly Furtado Bandeira a respeito do feminismo sugere que, para ela, o feminismo já tinha triunfado para as mulheres de sua classe social e, por isso, os problemas que aborda com mais entusiasmo são aqueles que afetam as mulheres pobres, que acredita, não têm voz e não podem falar por si próprias. As interlocutoras de seu discurso são, portanto, “às grandes damas de meu paiz”, às

entusiastas do “movimento feminista em minha terra”. Contudo, apesar de viver às voltas com a “questão social” e de demonstrar um forte compromisso com os temas que ocupavam, especialmente, as feministas de tendências ideológicas mais radicais, como as anarquistas e as socialistas, o feminismo de Guilly Furtado Bandeira adotava, acima de qualquer declaração mais polêmica ou inconformada, uma posição antes conciliadora do que ultrajante para os padrões conservadores de sua época. Afinal, depois de todas as demonstrações de ser possuidora de um senso aguçado da realidade que oprimia as mulheres e de reivindicar a igualdade entre os sexos, Guilly defende um projeto de feminismo que

... deve, antes de tudo, não transformar as criaturinhas deliciosas e frageis, que são as mulheres no ephibismo insexual do momento, em caricaturas masculinas; mas fazer dellas entes conscientes e sãos, superiores e livres, sempre mulher e desejal-as “criaturas de intelligencia e de razão, educadas util e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependencia, sempre amarfanhante para a dignidade humana” (VIDA CAPICHABA, 1928: n. 119).

Assim como Guilly investiu, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, na manutenção dos estereótipos da feminilidade e no argumento que sugere a irrelevância da diferença biológica no campo político e social, Lydia Besouchet, historiadora, cronista, romancista e representante do feminismo dito “avançado”, também cedeu ao uso da categoria “mulher” e “mulheres”, como um conceito essencialista de identidade. Entretanto, se Guilly lançou mão dessa categoria para produzir um discurso sobre a necessidade de a mulher emancipada tutelar as mulheres desamparadas das camadas populares, Lydia direcionou suas críticas exatamente para essas supostas mulheres “emancipadas”, instruídas e financeiramente independentes que, no fundo, ignoram as lutas feministas e são indiferentes às suas conquistas. Essa particularidade no discurso de Lydia Besouchet revela, de certa forma, as bases da sua orientação político-ideológica e a influência da sua formação intelectual para o modo como julgou as principais tendências do feminismo nacional e para o modo como formulou um ideal feminista próprio, entrelaçado à sua militância na esquerda.

Embora na época em que escreveu o artigo *Feminismo*, publicado na edição da revista *Vida Capichaba*, de 15 de março de 1932, Lydia não tivesse assumido oficialmente o seu compromisso partidário com os membros do Partido Comunista, algo que só aconteceu em 1935, quando se filiou à Aliança Nacional Libertadora, é possível

identificar em sua escrita uma inquietude que tem por base a doutrina marxista/socialista. Isso está inscrito na forma como Lydia associou a luta das mulheres à luta de classes, ou seja, à luta pela transformação social que perpassava não só o plano econômico, mas também o plano cultural e que visava questionar e modificar, dentre outras coisas, à maneira como os valores da sociedade estavam estruturados, inclusive aqueles que atingiam diretamente às mulheres, imputando-lhes restrições e condenando-lhes a viver dóceis e conformadamente no ambiente doméstico.

O reclame que dirigiu às mulheres de elite, ao contrário do apelo de Guilly Furtado Bandeira, foi no sentido de repreender a postura egoísta e politicamente caduca que esse grupo assumiu após o desfecho favorável da inclusão dos direitos políticos femininos na legislação eleitoral de 1932. Segundo analisa, uma vez passada a fase áurea da luta pelo voto, no momento em que ainda mal tinham sido recolhidas as bandeiras do sufrágio feminino, essas mulheres, mais que apressadamente, “voltaram domesticamente aos figurinos, aos quitutes e à caça de maridos” (VIDA CAPICHABA, 1932: n. 312), ou seja, à posição conferida a elas pelo contrato patriarcal. Neste ponto, tanto perturba o seu senso crítico a ausência de uma consciência política permanente entre “as mulheres mais cultas”, quanto o fato delas se deixarem absorver pela imagem subserviente de “anjos do lar” e boas mães de família. Logo, também interfere em seu discurso a noção de que é necessário às mulheres adquirirem uma consciência de gênero, como se percebe no trecho seguinte:

Votar!... A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquela que desconhece a sua qualidade de escrava, ainda a “preza” que nega ser propriedade do homem, ou a criada que se orgulha de servir ao seu amo ou senhor. Ora, decorre disto que a mulher no Brasil não pôde pensar sequer na possibilidade de se unir ás do seu sexo; vive ao contrario, inconscientemente, alliada ao homem contra as companheiras de sua grande tragedia biologica. Faz, sempre que pôde, combate ás iniciativas femininas e com as peiores armas – perfidia e ridiculo – destróe tudo que suas irmãs procuram conseguir em seu favor (VIDA CAPICHABA, 1932: n. 312).

Lydia, no entanto, apesar de demonstrar dúvidas quanto à conveniência da concessão do voto à mulher brasileira que, “depois de ganhar graciosamente aquillo que custa ás suas companheiras dos outros paizes annos de lucta contínua, está sem saber o que faça de tão lindo brinquedo” (VIDA CAPICHABA, 1932: n. 312), defende veementemente a participação das mulheres na política, por isso mesmo condena as discípulas do lar que se satisfazem a viver numa rotina estritamente doméstica,

cultivando a mentalidade que recusa a superação do seu papel biológico. Ela acusa, principalmente, as “doutoras, médicas, advogadas, litteratas, pintoras, musicistas, professoras, jornalistas, enfim, toda a pleiade feminina, que de qualquer modo exerce uma profissão que lhe dá uma relativa independencia economica” (VIDA CAPICHABA, 1932: n. 312), de contribuírem para o enfraquecimento da recém-conquistada identidade política das mulheres. Ela não compreende como essas mulheres, que já exerciam uma atividade pública e que já haviam ultrapassado uma série de fronteiras de gênero para se estabelecer em carreiras onde poucas do sexo feminino eram aceitas, comungavam da opinião caricaturada e antifeminista de que “a mulher nunca será capaz de votar por si mesma... [de] que a mulher está impossibilitada de se imiscuir nas questões impuras de política” (VIDA CAPICHABA, 1932: n. 312).

Nota-se que os temas que se referem à falta de consciência política e à falta de consciência de gênero eram extremamente caros para Lydia Besouchet devido, certamente, a sua formação ideológica de cunho marxista. Desde muito cedo, ela conviveu com o ideário socialista dentro de sua própria casa, por meio de leituras, discussões e reuniões promovidas por seus irmãos Marino, Alberto e Augusto, que, já em princípios da década de 1920, vinham intensificando a sua atividade política de esquerda, no Espírito Santo. Lydia, nessa época, se comparada as outras intelectuais que escreviam para a revista *Vida Capichaba*, já apresentava diferenças na entonação revolucionária de seus discursos.

A escrita de militância, aliada a sua própria postura política, foi o que colocou Lydia Besouchet entre o grupo de mulheres que aprimorou sua consciência feminista por meio do engajamento na ação revolucionária. Por consequência, o feminismo proferido por ela é o feminismo que começou a se insinuar nos anos 1930, o qual passou a intervir por meio da ação política direta, que valorizava a filiação das mulheres nos partidos de esquerda e a sua participação em associações e organizações de combate ao sistema opressor. Por isso, a luta pelo direito ao voto, bem como os discursos de caráter liberal, não estiveram entre as prioridades das feministas de pensamento “avançado”, que admitiam a emancipação feminina como um passo decisivo no processo de inclusão das mulheres como sujeitos que detinham o poder de interferir na história (VIANNA, 2002).

Por sua vez, a entrada de algumas mulheres capixabas no movimento feminista organizado, em 1933, rendeu ao grupo de adeptas do feminismo “Ideal e Sadio” uma posição dianteira em comparação aos outros investimentos discursivos feministas encontrados em circulação na revista *Vida Capixaba*. Foi por conta dessa filiação, promovida no último suspiro da luta sufragista, ou melhor, no momento decisivo dessa luta, que a liderança feminista capixaba conseguiu abrir caminho na política local e conseguiu, na mesma medida, alcançar o reconhecimento que as outras feministas, como literatas e como intelectuais, demorariam algumas décadas a mais para conquistar.

O feminismo “bem comportado” entre as mulheres do Espírito Santo, embora tenha se manifestado desde antes da inauguração da revista *Vida Capixaba*, só começou a assumir contornos mais claros após a publicação do artigo de Carolina Pickler, na edição de 30 de agosto de 1928, intitulado *Feminismo Ideal e Sadio*. Até esse marco de instauração de um discurso moderado, que passaria então a ser promovido por algumas das intelectuais capixabas no respectivo periódico, apenas referências isoladas sobre o feminismo puderam ser encontradas nos 137 números anteriores.

Um dos casos que melhor ilustra a transição de atitude e de opinião de algumas intelectuais com relação ao feminismo e à questão dos direitos políticos das mulheres pertence à trajetória intelectual de Judith Leão Castello. Conforme sua produção na revista *Vida Capixaba* indica, Judith foi uma das últimas intelectuais, das que aqui são analisadas, a aderir às ideias relativas ao pensamento feminista da época. Sua resistência tinha seus próprios fundamentos. Foi preciso um longo processo de reflexão e de maturação para que Judith conseguisse equilibrar suas crenças religiosas, fortemente estabelecidas na fé católica, com as inovações que o feminismo propunha implantar na vida das mulheres. Já com 29 anos e há, pelo menos, dez vividos no magistério, Judith Leão Castello ainda estava longe de emitir opiniões como as que passaria a fazer parte de seu repertório pós-1930. O modo pouco simpático com que julgou os direitos políticos femininos mostra que seu envolvimento a favor da campanha sufragista era completamente nulo, durante a maior parte da década de 1920. Ao ser questionada sobre como definiria a política, ela simplesmente responde: “Não a defino, porque não a compreendo; parece-me, comtudo, um sacco de gatos. Não gosto nem de ouvir falar na

palavra política: Os chamados direitos políticos da mulher são simplesmente ridículos” (VIDA CAPICHABA, 1927: n. 102).

O mais surpreendente, no entanto, é que apenas três ou quatro anos depois, foram operadas mudanças significativas em seu discurso. O fato é que, em 1931, Judith era uma das defensoras mais ardorosas dos direitos políticos das mulheres, ainda que seu ativismo tenha sido ponderado por uma fala demasiadamente comedida. Entretanto, por mais intrigante que tenha sido a transição de Judith de uma postura apolítica para outra perfeitamente adequada à ocupação dos assuntos públicos, ela correspondeu, em certa medida, ao avanço do feminismo, no Espírito Santo. Nota-se que, em 1927, as consequências desse movimento pareciam estar a léguas de distância de influenciarem as escolhas das mulheres capixabas. No ano de 1929, essa impressão certamente já havia se desvanecido, uma vez que o sufrágio feminino, assim como o movimento feminista, não eram mais assuntos meramente hipotéticos entre os espírito-santenses, posto que a sua possibilidade de realização encarnou no alistamento da primeira eleitora capixaba, na comarca de Alegre, no sul do Estado. A proeza se deveu a sra. Emiliana Emery que, segundo nota publicada na revista *Vida Capichaba*, exercia admirável atividade no comércio e na política de sua cidade, cabendo-lhe, portanto, a “honra do advento feminista em nosso Estado” (VIDA CAPICHABA, 1929: n. 185).

Quem pode duvidar que a proximidade de tão significativo acontecimento político não tenha, no fundo, despertado em Judith Leão Castello uma consciência patriótica que a fez revisar a relevância dos direitos políticos das mulheres? Cingida, talvez, pela certeza de que as mulheres lutavam pelo voto, não com o objetivo de alcançar a emancipação plena, mas, pelo contrário, pretendendo cooperar com os homens na defesa da nação, Judith passou a se sentir mais à vontade para projetar a sua própria noção do que era e de como deveria ser praticado o feminismo entre as mulheres capixabas. Ao menos é o que sugere o seu artigo *A Mulher e o Voto*, publicado em 1931:

Si o homem ao lado dos seus direitos políticos tem os seus deveres civicos... também á mulher que prega a sua causa, pugnando pelos direitos políticos, deve por um principio de equidade lembrar-se de alguns deveres para si... é preciso que... prestemos tambem serviços obrigatorios á Patria... podemos ser recrutadas aos hospitais, casas de assistencia medica, para a manufaturação de objetos e roupas necessarias aos nossos soldados... Sacrifiquemo-nos dando obrigatoriamente um trabalho cujo produto de sua renda reverta em beneficio dos que precisam... O homem reage contra essas

idéas de liberdade feminina, é claro. Isso abate-lhe o orgulho de origem a que se chamou – Adão... Eis aí, de onde vem a sua superioridade, apareceu primeiro; mas isso vem em nosso favor, o homem estava pouco satisfeito e por isso deu-lhe Deus uma companheira. Ora, companheira não é escrava, é uma pessoa nivelada á outra. Quizeram provar a nossa inferioridade pelo volume cerebral e Bischoff, proclamador da deficiência mental da mulher... baseou-se nessa desigualdade fisiológica... Provou ele que: nos homens o peso medio é de: 1.350 gramas e nas mulheres 1.250. Bischoff, segundo a lei geral, morre um dia; lembram-se de pezar a sua cabeça de sabio. Agradavel surpresa para as mulheres; a cabecinha pesava somente 1.245 gramas. Um sabio tinha a cabeça menos que o peso medio do craneo de uma mulher! (VIDA CAPICHABA, 1931: n. 301)

De tudo que se pode extrair da sua reflexão, fica, no entanto, a ideia de que a professora não abandonou totalmente o seu ideário conservador, dentro do qual ela buscou harmonizar as tendências inovadoras do feminismo com a retórica secular do catolicismo, associado ainda à doutrina moralista do positivismo. O resultado foi a produção de um discurso moderado que complementaria as características daquela vertente que se convencionou chamar de feminismo “Ideal e Sadio”, um feminismo que “queria a mulher sensível, feminina, com direito ao voto, amando o lar e companheira do homem, mas andando de par e não atrás” (SOARES, 1998: 77).

Essa estratégia de persuasão talvez tenha funcionado com Judith, afinal, em 1933, uma filial da Federação pelo Progresso Feminino, no Espírito Santo, foi fundada por ela e outras quatro intelectuais capixabas, bastante conhecidas no meio social vitorriense: Maria Stella de Novaes, Silvia Meireles da Silva Santos, Indá Soares e Julia Lacourt Pena. Apesar disso, pode-se afirmar que a criação dessa primeira organização feminista, no Estado, serviu mais para atender a uma linha de ação da FBPF de criar sucursais em todo o país, como forma de recrudescimento da luta sufragista, do que como forma de corresponder às necessidades das feministas locais de se reunirem de maneira associativa.

O que as feministas que forjaram um discurso moderado, durante as décadas de 1920 e meados de 1930, na revista *Vida Capichaba*, queriam, além de propagar uma visão “saudável” de como deveria ser conquistada a independência das mulheres, era oferecer às suas leitoras uma alternativa às concepções “equivocadas” que se espalhavam, multilateralmente, sobre o feminismo. Um dos textos mais interessantes e que ilustra bem esse esforço de elucidar quais princípios deveriam estar contidos no ideal feminista da juventude capixaba, que por intermédio dessas orientações poderia desanuviar suas dúvidas e endireitar suas inclinações revolucionárias, intitulado

Feminismo Ideal e Sadio, foi escrito pela professora, jornalista e publicista, Carolina Pickler. É curioso observar o modo como essa educadora construiu o seu conceito de feminismo. Sua prerrogativa, sustentada na ideia de um “feminismo racional”, se debruçava na negação das outras vertentes feministas que, segundo ela, se afogavam em extremismos, fantasias e fanatismos:

Nem uma cousa, nem outra! Abaixo as utopias, que degeneram em aberrações de consequências funestas e se procure dar ao Feminismo uma concepção clara... Partidarias do Feminismo avançado ha mulheres querendo proclamar a igualdade entre os dois sexos e o neo-feminismo inglez, irreverente e chimerico, nem mais nem menos, sustenta esta these: “O homem é inferior em face da mulher.” Vêm esses outros por sua vez, os homens ante-feministas, baseados tambem em sophismas, que são velharias irrisorias para a epoca presente insurgir contra o movimento emancipador da mulher. Temos ainda, de um lado, o grupo turbulento das mulheres masculinizadas...; do outro lado, o grupo synthetizando a mulher feliz e egoista... embalada na doce illusão de que o mundo – que não conhece – seja um mar de rosas. So poderão vingar, porém, principios sadios e racionaes... (VIDA CAPICHABA, 1928: n. 138)

Frente à anulação da influência de todas essas vertentes, tanto feministas como antifeministas, o que motivou e caracterizou, de fato, o feminismo “Ideal e Sadio” de Carolina Pickler, foi a crença de que era necessário, para vitória do feminismo racional, uma busca constante pelo aperfeiçoamento da mulher, no sentido de torná-la “physica, moral e intellectualmente em condições de triumphar sempre no choque entre a vida utilitaria e as seducções e as exigências” (VIDA CAPICHABA, 1928: n. 138) da vida moderna. Focalizado o problema sob esse ponto de vista, o feminismo para Carolina Pickler se traduzia apenas em problema de acesso a uma educação renovada capaz de proporcionar trabalho, emprego, profissão, “de accordo com as innumeradas expressões de actividade permittidas á mulher”.

Embora a educação e o trabalho tenham igualmente aparecido como temas substanciais da ideia de feminismo articulada por outras intelectuais, a conquista dos direitos políticos das mulheres foi tema bastante comentado e debatido, ao contrário do que se constatou no conteúdo do discurso feminista de Carolina Pickler, que, no auge das campanhas sufragistas, sequer fez comentários sobre o voto feminino ou sobre a questão da elegibilidade de suas consortes, nem para criticá-los, nem para apoiá-los. Isso, de fato, não deve presumir nenhuma surpresa, já que grande parte das feministas capixabas, principalmente aquelas ligadas às vertentes difusas e às vertentes

“avançadas”, não compartilharam do entusiasmo que a luta pelo sufrágio feminino despertou em tantas outras consciências emancipadas, no período de sua intensificação.

BIBLIOGRAFIA

ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil”. In. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 49, vol. 17, set./dez. 2003. p. 151-172.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

NADER, Maria Beatriz. “A violência contra a mulher sul-americana: estatísticas da denúncia”. In: *Anais da VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM)*. Buenos Aires, 2009. v. 1. p. 1-14.

NOVAES, Maria Stella de. *A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: Edufes, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. *Haydée Nicolussi: Poeta, Revolucionária e Romântica*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SOARES, Renato Viana. *A Escola Activa Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

VIANNA, Lúcia Helena. “Mulheres revolucionárias de 30”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, 2002, p. 27-34.